

O NAPNE COMO INSTRUMENTO DE POSSIBILIDADE DE ACESSO E PERMANÊNCIA PARA ESTUDANTES NOS IFs

Herivelton Martinelli dos Santos¹

herivelton.mestrado@gmail.com

Palavras-chave: NAPNE; Inclusão; Instituto Federal.

INTRODUÇÃO

Os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) são núcleos importantes no processo de acolhimento, acompanhamento e conclusão do curso dos estudantes com deficiência e com demais transtornos matriculados nos Institutos Federais. A função desses núcleos é desenvolver atividades que organizem o contexto escolar numa perspectiva de inclusão. Buscamos, por meio da base de dados Periódicos Capes, Scielo e Connect Papers, o que tem sido publicado em termos de artigos científicos, ação que tem como objetivo maior aproximação com a temática, a qual afirma que “o princípio da inclusão consiste no reconhecimento de necessidade de se caminhar rumo à escola para todos” (UNESCO, 1994, p. 03).

No entanto isto mudou em 2015, com a promulgação da Lei da Inclusão nº 13.146, que estabeleceu normas e condutas a serem respeitadas por instituições públicas e privadas, no sentido da não recusa das matrículas de alunos especiais. Esta normativa, em seu artigo 208, determina que “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, p. 95).

A Portaria nº 29, de 25 de fevereiro de 2010, em seu art. 3º, define que “os Grupos Gestores poderão contar com o assessoramento técnico dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNEs” (BRASIL, 2010, p. 18).

Com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, passou a ter uma representatividade, visto que as políticas públicas e internas instituem uma perspectiva de formação técnica incorporada a uma formação humana, política e ética para além da formação técnica, no contexto de inclusão escolar voltada na educação profissional.

¹ Mestrando em Educação pela Universidade Ibirapuera – UNIB.

METODOLOGIA

Com vistas a nos aproximarmos das discussões acerca da regulamentação e criação dos NAPNEs nos IF's, buscamos realizar uma revisão bibliográfica, que se baseou em uma busca por artigos nas bases de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, na plataforma Scielo e no Connect Papers, por meio dos seguintes descritores: "NAPNE", "Inclusão" e "Instituto Federal". Utilizamos como marco temporal um período de 10 anos, compreendido pelo período de 2012 a 2022.

É primordial realizar a pesquisa, antecendo as etapas antes de iniciar um projeto. A pesquisa bibliográfica é uma parte fundamental da pesquisa científica, pois nos ajuda a compreender melhor o tema em estudo. Há fontes que utilizamos como base para realizarmos a pesquisa bibliográfica, são estes: livros, artigos científicos, teses, dissertações, anuários, revistas, leis e outras fontes escritas. Dessa forma, "existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica (FONSECA, 2002, p. 32).

Dessa busca, encontramos 59 após leitura dos títulos e resumos, observando as palavras-chaves que mais se enquadravam no assunto pesquisado. Da leitura feita, foram excluídos 46 artigos científicos, visto que estavam fora de abrangência da região sudeste, *locus* escolhido para o desenvolvimento da pesquisa ainda em andamento. Importante salientar que foi observado que, na região nordeste, há uma quantidade relevante de publicações relacionadas aos descritores supramencionados. Fizemos, então, a seleção de 13 artigos e realizamos a leitura mais detalhada dos mesmos.

A Tabela 1 traz os números de artigos selecionados em cada base de dados.

Tabela 1 - Artigos científicos

Artigos científicos selecionados	
CAPES	02
CONNECT PAPERS	07
SCIELO	04

Fonte: Produzida pelo autor com base nos dados dos periódicos: CAPES, CONNECT PAPERS e SCIELLO

Fez-se necessário realizar um estudo com base nos 13 artigos científicos selecionados, com intuito de entender seu surgimento e funcionalidade, no qual esses núcleos (NAPNEs) assumem um viés articulador com objetivo de ações inclusivas nos IFs. Sabemos que a origem foi no programa Educação, Tecnologia Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (Tecnep), criado em 2000.

REFERENCIAL TEÓRICO

Tendo como base a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a inclusão é uma ação social, cultural, política e pedagógica, tem como objeto norteador garantir acesso e permanência, para que todos os alunos com e sem algum tipo de necessidades específicas, permaneçam juntos no mesmo ambiente escolar, com objetivo de promover a diversidade e a oportunidades para todos.

Mesmo garantido via legislação, o direito à inclusão esteve sempre ligado a instituições especializadas, mas isto mudou em 2015 com a promulgação da Lei da Inclusão nº 13.146, que estabeleceu normas e condutas a serem respeitadas por instituições públicas e privadas, no sentido da não recusa das matrículas de alunos especiais, tal normativa em respeito ao que estabelece a Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 208, que determina “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, p. 95). A educação inclusiva brasileira tem sua base na Declaração de Salamanca (1994).

O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), nos Institutos Federais (IFs), tem como objetivo promover a inclusão e acessibilidade de estudantes com necessidades especiais, oferecendo suporte, orientações e adaptações necessárias para garantir a igualdade de oportunidades de aprendizagem. Esses núcleos (NAPNEs) são criados no âmbito legal, a Portaria nº 29, de 25 de fevereiro de 2010. Anjos relata que “o Núcleo é um setor deliberativo da instituição que responde pelas ações de implantação e implementação do Programa TECNEP (ANJOS, 2006, p.19).

RESULTADOS

Norteados pela leitura desses artigos, percebemos que as discussões enfatizam os NAPNEs. Os artigos científicos selecionados, conforme Tabela 1, apresentam discussão sobre a construção dos NAPNEs, assim como a criação dos IFs, iniciados no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2008. Essa iniciativa abrangeu diversos estados brasileiros e tinha como objetivo ofertar curso de educação superior, básica e profissional. Os artigos científicos descrevem também práticas pedagógicas inclusivas, com a premissa da otimização de inclusão do estudante no processo ensino-aprendizagem.

Os IFs têm destaque nas cidades onde estão inseridos, pois oferecem uma escolarização considerada como sendo de qualidade. Para atender às legislações e à diversidade de estudantes, criam-se os núcleos com o intuito de promover ações de permanência e êxito dos

alunos, para que estes se sintam acolhidos, viabilizando a inclusão social e educacional de fato (IFSP, 2021).

Os elementos identificados na pesquisa trazem um recorte sobre esses núcleos, estes visam assessorar a gestão de cada campus, nas questões relacionadas ao processo de inclusão, de acesso, de permanência e de conclusão com êxito nos cursos ofertados em cada IF. Além disso, incentiva uma cultura na educação, com recorte voltado ao respeito, à diversidade e à convivência, de modo que esta seja algo natural, respeitando às pessoas com necessidades educacionais específicas.

Fragmento 01

[...]no contexto de desafios para o NAPNE aplicar as exigências legais é assumir a luta contra a injustiça, a favor da justiça cognitiva[...] (NOGUEIRA; MARCHESANO; WINGLE; BERNARDES; SILVA, 2009, p.11).

Diante do contexto, o NAPNE enfrenta desafios para implementar as legislações vigentes e combater à injustiça. Ter perspectiva de mudança e mudar o pensamento tradicional e agir como um facilitador com intuito de proteger aqueles que são historicamente excluídos do sistema educacional. Percebe-se um movimento contraditório, na tentativa de inclusão da pessoa com deficiência, as leis, políticas e documentos ao mesmo tempo pretendem incluir, segregam os sujeitos pelas suas diferenças.

Fragmento 02

Este estudo enfatiza também uma discussão relevante sobre a importância do NAPNE enquanto ponte para a inclusão de estudantes nos institutos federais (SOARES; MEDEIROS, 2022, p.1).

Compreender o trabalho do NAPNE é crucial, visto que contribui efetivamente para o processo de inclusão escolar do aluno. Este trabalho precisa estar alinhado com os atores envolvidos (servidores, aluno e sua família) neste processo e o plano pedagógico da instituição.

Fragmento 03

Apesar dos NAPNEs dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia terem sido criados a partir de uma mesma demanda do TEC NEP[...] (SIVA; SILVA, 2002, p.5).

O Programa TEC NEP surgiu na década de 2000, como uma política inclusiva entre a Rede Federal de Educação Profissional para pessoas com deficiência - uma ação importante deste programa sendo o fornecimento de diretrizes para a criação de núcleos de atendimento à pessoa com necessidades específicas em toda a rede. As barreiras persistem, mesmo depois de inúmeras conquistas nas políticas de inclusão, tais barreiras seriam a oportunidade no acesso ao mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa procurou realizar reflexões com o surgimento dos NAPNEs, sua funcionalidade e ações. O Programa do governo Federal TECNEP foi o grande precursor na criação dos núcleos.

Enfatizamos a importância do NAPNE como local intermediário para o estabelecimento e implementação do PEI; definir a colaboração interdisciplinar entre professores, alunos, familiares e demais atores desse processo.

Há muito caminho a ser percorrido e desafios que deverão ser enfrentados sobre inclusão escolar nas instituições da rede profissional e tecnológica, em especial acerca das dificuldades relatadas sobre a formação dos docentes.

Portanto, a inclusão é de suma importância para que o estudante se sinta pertencente ao espaço escolar onde está inserido. Nesse sentido, se faz necessário a continuidade acerca das discussões e reflexões sobre o tema inclusão de modo que resultem em mudanças significativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, I. R. S. **Programa Tec Nep**: avaliação de uma proposta de educação profissional inclusiva. Dissertação de Mestrado. São Paulo: UFSCAR, 2006, 91 p.

BRASIL Lei 13.146/2015: **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília Congresso Nacional, 2015.

BRASIL. Portaria MEC/SETEC nº 29, de 25 de fevereiro de 2010. **Disciplina a forma de operacionalização da Ação Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais** – TEC NEP.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Ações Inclusivas. 2021.

NOGUEIRA, E.M; MARCHESANO, L.S.N; WINGLER,S.S; BERNARDES,V.A & SILVA, T.L.C. **A Educação Especial no Ensino Superior**: contexto e desafios do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santos (IFES). Dezembro de 2009,n 33, p.11.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas (UNESCO). **Declaração de Salamanca**: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca: UNESCO, 1994.

SILVA, J. C. R.; SILVA, M. O. NAPNE: Análise das Resoluções dos Institutos Federais de Diferentes Regiões. **Cadernos Cajuína**, V. 6, N. 3, 2021, p.5.

SOARES, A.L.M.; MEDEIROS, P. I. S. **A construção do Plano Educacional Individualizado mediado pelo NAPNE**: caminhos para a inclusão. Práxis e Conhecimento, 2022.